

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC OHARA BARBOSA NAGASHIMA

AS PRINCIPAIS CONDICIONANTES POLÍTICAS E ESTRATÉGICAS QUE
ORIENTARAM O EMPREGO DE MEIOS NAVAIS DOS ESTADOS UNIDOS DA
AMÉRICA DURANTE A CRISE DOS MÍSSEIS DE CUBA

Rio de Janeiro

2009

CC OHARA BARBOSA NAGASHIMA

AS PRINCIPAIS CONDICIONANTES POLÍTICAS E ESTRATÉGICAS QUE
ORIENTARAM O EMPREGO DE MEIOS NAVAIS DOS ESTADOS UNIDOS DA
AMÉRICA DURANTE A CRISE DOS MÍSSEIS DE CUBA

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1) Márcio de Andrade Nogueira

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2009

“Com certeza, soa estranho quando se expressa algo que já é obvio; contudo, somente após compreendermos completamente o conhecido é que podemos avançar em direção ao desconhecido.”

Johann Wolfgang Goethe
As Afinidades Eletivas

RESUMO

No início da década de 1960, no auge da Guerra Fria, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas tentou introduzir mísseis balísticos em Cuba, mísseis esses que pretendiam ameaçar os Estados Unidos da América. A reação dos Estados Unidos da América contemplou o emprego direto de parcela de seu Poder Naval. Esse emprego de força ocorreu em uma ambiente internacional de forte instabilidade, decorrente das estratégias nucleares em vigor e das ameaças a segurança da Europa Ocidental. Além da ameaça de uma guerra nuclear, pesavam sobre o nível político dos Estados Unidos da América as demandas políticas e sociais, entre as quais podemos citar a defesa dos direitos civis, observada no período. Essa crise político-estratégica foi solucionada com sucesso devido à condução cuidadosa do nível político, somada à capacidade e preparação dos meios navais da Marinha dos Estados Unidos da América.

Palavras-chave: Contenção. *Deterrence*. Crise dos Mísseis de Cuba.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	4
2	A AMEAÇA NUCLEAR E SEUS DESDOBRAMENTOS ESTRATÉGICOS.....	6
3	A MARINHA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA) DENTRO DA REALIDADE DA GUERRA FRIA ATÉ OUTUBRO DE 1962.....	13
3.1	A preparação da Marinha dos EUA para os períodos de confrontação e coexistência.....	13
3.2	O controle político do emprego de meios navais dos EUA.....	15
4	A REALIDADE DA SOCIEDADE DOS EUA DURANTE O INÍCIO DA DÉCADA DE 1960.....	17
5	A CONDUÇÃO POLÍTICA DA CRISE.....	18
6	CONCLUSÃO.....	20
	REFERÊNCIAS.....	22

1 INTRODUÇÃO

É um pensamento recorrente entre os militares que a melhor maneira de conduzir uma campanha ou operação é um planejamento cuidadoso, uma execução flexível e a não interferência externa em detalhes operacionais ou táticos, que são de seu profundo conhecimento. Essa maneira de pensar decorre de vários fatores, entre eles podemos citar os longos anos de exercício da profissão, que precedem a designação para as funções de comando, os rigorosos estudos acadêmicos com os quais a quase totalidade das forças armadas prepara seus líderes e a necessidade de autonomia de decisão para enfrentar situações que evoluem rapidamente e em ambiente de elevada incerteza.

A invenção e a proliferação de artefatos nucleares¹ após a Segunda Guerra Mundial² (II GM) alteraram o cenário do emprego de forças. O mundo se polarizou em torno de dois grupos que disputavam a hegemonia e constituíam os principais detentores de poder nuclear, o qual ficou conhecido como Guerra Fria³ (SILVA, 2004, p. 417). Essa disputa era travada nos campos ideológico, político, econômico, estratégico e militar; dois modelos sociais estavam em confronto. As conseqüências possíveis de enfrentamentos militares que envolvessem diretamente as potências em disputa hegemônica⁴ ou suas principais esferas de influência⁵ eram preocupantes. Preocupantes a tal ponto que contribuíram decisivamente para que durante a década de 1950 os EUA promovessem uma ampla reestruturação de sua organização de defesa (BAER, 1994, p. 367).

As sociedades ocidentais que participaram da II GM sofreram profundas alterações, as quais se manifestaram vigorosamente nas décadas de 1950 e 1960. O somatório do caráter industrial dessa guerra, demandando profunda mobilização social, como, por exemplo, a incorporação da mão-de-obra feminina, aumentou a participação política geral. Os meios de comunicação de massa, em contínua e veloz evolução, atingiam, com capilaridade cada vez maior, todos os lares das sociedades democráticas e industrializadas. As relações entre governantes e governados estavam em transformação; o posicionamento da sociedade passou a ter um peso maior na balança política.

¹ Bombas atômicas, construídas a partir da fissão do urânio e termonucleares, construídas a partir da fusão do hidrogênio.

² De 1939 até 1945.

³ Período compreendido entre o 1947-1991.

⁴ Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

⁵ Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e Pacto de Varsóvia (Cortina de Ferro).

A tentativa da URSS de introduzir mísseis balísticos, com ogivas nucleares, em Cuba, tendo como alvo o território dos EUA, ficou conhecida, no ocidente, como a Crise dos Mísseis de Cuba ⁶ (KENNEDY, 1969. p. 18) e foi conduzida empregando meios navais dos EUA, com fortes condicionantes políticas e estratégicas.

Esta monografia, por meio de pesquisa bibliográfica, tem o propósito de analisar as condicionantes políticas e estratégicas que orientaram o emprego de meios navais dos EUA durante a crise dos mísseis de Cuba, considerando os principais fatores que influenciaram o gerenciamento da crise. Desta forma, contribuirá para o aprofundamento dos conhecimentos sobre o relacionamento entre os níveis político e militar em situações de crise ou conflito.

Como pressuposto teórico foi utilizado a visão de Raymond Aron de que “a escalada aos extremos, a aproximação das guerras reais ao modelo da guerra absoluta torna-se mais provável à medida que a violência escapa à direção do Chefe do Estado” (ARON, 1979, p. 59).

Inicialmente, serão analisadas as estratégias decorrentes do cenário de ameaça nuclear. Em seguida, serão analisadas as alterações adotadas na estrutura de defesa dos EUA no período compreendido entre o início da década de 1950 e a crise dos mísseis de Cuba e a participação social na política do país. Após isso, a análise focará na condução política dos meios de força no período⁷ e, por fim, será feita uma breve conclusão a respeito do relacionamento político-militar durante a crise.

⁶ Período de 16 a 28 de outubro de 1962.

⁷ Período referido na nota anterior e conhecido como “os treze dias que abalaram o mundo”.

2 A AMEAÇA NUCLEAR E SEUS DESDOBRAMENTOS ESTRATÉGICOS

O estudo do emprego racional de armamentos nucleares mobilizou um número incontável de políticos, pensadores, acadêmicos e estrategistas (PARET, 2003, p. 359). Eles estudaram e defenderam idéias e estratégias que não apareceram em uma ordem cronológica seqüenciada, com transições claras e de consenso; muitas surgiram no meio acadêmico e amadureceram em debates por anos antes de serem formalmente anunciadas ou adotadas. Suas concepções geralmente eram concorrentes e disputavam credibilidade num mesmo período de tempo. Esse cenário de estratégias competitivas e divergentes, em alguns casos complementares, tornava a tarefa política de gerenciar os arsenais nucleares e seu uso, diplomático ou coercitivo, repleta de incertezas.

A disputa pelo aumento das esferas de influência entre as potências que disputavam a hegemonia mundial criou, nos EUA, a doutrina da contenção⁸ que anunciava que “a pressão soviética contra as instituições do mundo ocidental podia ser contida pela rápida e vigilante aplicação de uma contra-força a qualquer sinal de agressão” (SILVA, 2004, p. 193); a contenção passou a ser a principal política dos EUA no período de guerra fria, sempre explorando as fraquezas soviéticas (BAER, 1994, p. 332). Em paralelo a isso, chegava-se à constatação de que “a OTAN⁹ dificilmente aumentaria suas forças convencionais aos níveis julgados necessários para se contrapor a um possível desafio soviético” (PARET, 2003, p. 374). O período imediatamente posterior à II GM foi marcado pelo monopólio (SILVA, 2004, p. 50) nuclear dos EUA¹⁰. A combinação da doutrina de contenção, da inferioridade das forças convencionais da OTAN e da superioridade nuclear dos EUA demandou a adoção do conceito de *deterrence*¹¹, como nos explica Kenneth N. Waltz:

A deterrence em sua forma pura não contempla a capacidade de defesa; a estratégia de deterrence não promete impedir um agressor, mas destruir ou danificar algo que o agressor considera de valor. Ambas as estratégias, defesa e deterrence são estratégias que um país dominante deve seguir esperando dissuadir seus possíveis agressores. Elas são estratégias diferentes adotadas para atingir um fim comum de diferentes modos, usando diferentes armas, lançadas de diferentes plataformas. As guerras podem ser prevenidas de vários modos, assim como podem ser causadas de várias maneiras. (WALTZ, 2009, p. 117, tradução nossa).

⁸ Formulada, em 1947, pelo diplomata norte-americano George Frost Kennan e adotada durante o período da guerra fria (SILVA, 2004, p. 194).

⁹ Ver nota número 5.

¹⁰ Quebrado em 1949, quando a URSS explodiu seu primeiro artefato nuclear.

¹¹ A palavra não possui tradução direta para o português, mas poderia ser entendida como a dissuasão por meio de ameaça de retaliação em um alvo de valor para o oponente; e os meios para materializar uma estratégia de *deterrence* podem ser convencionais ou nucleares, embora o emprego de forças convencionais para condução dessa estratégia ofereça grandes dificuldades (WALTZ, 2009, p. 117).

Vale ressaltar, de acordo com o contido no parágrafo acima, a idéia de que a *deterrence* não incorpora a necessidade de possuir substanciais meios de defesa, apenas os meios necessários a resistir à primeira investida do eventual adversário, mantendo a capacidade de retaliar em seguida, ainda que em locais diferentes e com meios diferentes. Assim sendo, a adoção da *deterrence* – postura estratégica dissuasória dos EUA que explorava a vantagem nuclear – pretendia conter a expansão soviética, compensando a inferioridade militar da OTAN, por meio de ameaças estratégicas a posições de valor; essa foi a solução encontrada para “dissuadir um ataque convencional” (PARET, 2003, p. 370) soviético contra posições dos EUA e de seus aliados, principalmente na Europa Ocidental.

Logo após a explosão do primeiro artefato nuclear soviético, em 1949, analistas norte-americanos avaliaram que “os dias em que o ocidente poderia contar com as armas nucleares para conseguir vantagem estratégica estavam contados” (PARET, 2003, p. 363). Mas essa mesma vantagem, dos EUA, não foi explorada, conforme podemos observar:

Genericamente falando, os anos de 1945 a 1949 foram anos em que o poder soviético e o poder de seus principais aliados, como a China comunista, entraram em expansão e consolidaram seus domínios em uma taxa nem remotamente observada nos períodos posteriores; não existe qualquer evidência de que eles temessem o poder nuclear dos EUA (McGeorge Bundy¹², *apud* WALTZ, 2009, p. 100, tradução nossa).

O parágrafo acima evidencia uma das principais características necessárias ao emprego da *deterrence*: a questão da credibilidade. Essa estratégia só pode ter sucesso se o lado agressor realmente acreditar na capacidade e determinação da outra parte em retaliar (HILSMAN, 1999, p. 51). Isso nos leva a acreditar que essa estratégia tende a uma escalada de instabilidade: o lado agredido, antes da agressão, ameaçará convictamente e será obrigado a agir quando agredido. Essa instabilidade passa a ser crítica quando se combina a *deterrence* com a capacidade nuclear.

Em 1953, com a explosão do primeiro artefato termonuclear¹³ soviético, a paridade nuclear entre as potências hegemônicas apresentava uma perspectiva real e próxima no tempo (SILVA, 2004, p. 370) e a vantagem dos EUA, presente no período anterior, esvaziou-se. Agora uma nova preocupação fazia parte da agenda estratégica dos EUA: como lidar com a paridade de poder nuclear que se avizinhava. O início da presidência de Dwight D. Eisenhower¹⁴ trouxe a idéia do *new look*. Essa estratégia pretendia conter o avanço

¹²Professor da Universidade Harvard e Conselheiro de Segurança Nacional dos EUA, nas presidências de J. F. Kennedy e L. B. Johnson, no período de 1961 a 1966.

¹³Armamento nuclear baseado da fusão do hidrogênio, que ficou conhecido como “bomba de hidrogênio”.

¹⁴Janeiro de 1953.

soviético sem elevar em demasia as despesas com as forças convencionais, que apresentavam, em algumas análises, uma relação entre o custo e o benefício desfavorável, quando comparadas com as armas nucleares; as armas nucleares seriam o instrumento principal da *deterrence* na proposta do *new look*. As estimativas de dimensionamento de forças convencionais para a OTAN, para a década de 1950 e com a combinação de *deterrence* e *new look*, eram de 50.000 homens; esse efetivo o indicado somente para sustentar um ataque das forças convencionais da URSS durante o tempo necessário a decidir-se ou não pela retaliação nuclear (WALTZ, 2009, p. 125). Os EUA passariam a decidir quando e como iriam responder a uma agressão ou ameaça, sem compromisso com a proporcionalidade (BAER, 1994, p. 340). Mas o *new look*, já visto como um equilíbrio de terror, possuía uma forte limitação, apontada abaixo:

Com efeito, em 1956, membros-chaves do governo estavam resolvidos a descrever a situação em termos de um “equilíbrio de terror” e lançar dúvidas sobre as possibilidades de uma superioridade nuclear útil. A implicação desse equilíbrio de terror para a diplomacia americana era, como os acadêmicos alertavam, que cada vez mais seria difícil extrair alavancagem política da superioridade nuclear (PARET, 2003, p. 372).

A aproximação de um equilíbrio de forças – descrito acima como *equilíbrio de terror* – alterava o jogo estratégico e fez com que, na busca pela credibilidade da *deterrence*, o *new look* incorporasse a idéia de retaliação maciça. Na medida em que a paridade nuclear se tornava uma realidade a retaliação maciça evoluía rapidamente para a destruição mútua assegurada¹⁵ (MAD), conforme colocado por Kenneth N. Waltz:

Nos anos do governo do Presidente Eisenhower a retaliação maciça foi a expressão encontrada para designar a reação dos EUA a um suposto ataque da URSS. A estratégia de *deterrence* enfrenta dificuldades se a ameaça de uma retaliação maciça é necessária para implementá-la. Na medida em que o arsenal nuclear soviético crescia, a destruição mútua assegurada (MAD) tornava-se a opção estratégica a ser adotada, preservando assim a noção de que a *deterrence* depende da vontade e capacidade de destruir, se não um país inteiro, pelo menos grande parte dele [...]. Durante os anos de 1950 a ênfase foi dada na palavra “maciça” da retaliação maciça. No começo dos anos de 1960, a ênfase se alterou para “destruição assegurada”, na estratégia do MAD (WALTZ, 2009, p. 118, tradução nossa).

Com adoção da estratégia da MAD¹⁶, a *deterrence* substituiu a ameaça de elevadas perdas para a URSS, que constituía a base da retaliação maciça, pela ameaça da

¹⁵Mutual Assured Destruction (MAD), nomenclatura que entrou para o cenário nuclear em 1964 (PARET, 2003, p. 388).

¹⁶A MAD era uma estratégia da *deterrence* e se baseava na capacidade de resistir a um primeiro ataque soviético mantendo poder suficiente para retaliar, em um segundo ataque, de forma a garantir a destruição quase completa de objetivos de valor para a URSS (BAER, 1994, p. 376).

destruição mútua assegurada. Na eventualidade de um confronto nuclear, seria necessário garantir que nada restaria para fazer usufruto dos resultados.

Outro aspecto de interesse, na análise do *new look*, foi a fragmentação dos arsenais nucleares dos EUA, que foi uma consequência direta da nuclearização da OTAN¹⁷ e que implicou na redução do controle civil sobre esse tipo de artefato (BAER, 1994, p. 342).

Para melhor explicar esse processo de nuclearização da OTAN é preciso entender que uma das maiores preocupações dos EUA após a II GM era proteger a Europa Ocidental da expansão da URSS. Para que essa proteção fosse efetiva, já considerando a realidade dos armamentos nucleares, duas correntes de pensamento inicialmente se estabeleceram: uma dominada pela Força Aérea dos Estados Unidos (USAF)¹⁸ e outra composta pelo alinhamento entre a Marinha e Exército Americano¹⁹.

A proteção da Europa Ocidental poderia ser executada ameaçando a URSS com um ataque retaliatório, empregando os poderes naval e aéreo (Comando Aéreo Estratégico²⁰); nesse caso a necessidade de tropas dos EUA estacionadas na Europa seriam drasticamente reduzidas; essa posição era defendida pela USAF. Essa visão estratégica apresentava aderência ao *new look*, pois permitia uma substancial economia de recursos, mas possuía o inconveniente de diminuir o comprometimento dos EUA com a segurança militar da Europa (PARET, 2003, p. 377). Alguns críticos dessa estratégia argumentavam que basear a capacidade de resposta dos EUA a uma ameaça na Europa Ocidental apenas nas ações dos meios do SAC era arriscado pois a capacidade de defesa aeroespacial²¹ da URSS era maior do que as estimativas da USAF anteviam (TRACHTENBERG, 1991, p. 155).

A outra maneira de proteger a Europa Ocidental era garantindo uma rápida resposta, inclusive empregando artefatos nucleares táticos, contra as concentrações de forças soviéticas; essa concepção era defendida principalmente pelo U.S. Army e demandava a forte presença de tropas dos EUA na Europa Ocidental, bem como o emprego de armas nucleares táticas. Essa postura aumentaria a instabilidade do cenário estratégico nuclear, pois implicaria

¹⁷A distribuição de armas nucleares táticas pelas unidades responsáveis pela defesa da OTAN, no início da década de 1950 (TRACHTENBERG, 1991, p. 153).

¹⁸United States Air Force (USAF).

¹⁹United States Navy (USN) e United States Army (US Army), respectivamente.

²⁰Strategic Air Command, um Comando operacional que controlava as Forças de Bombardeio Estratégico dos EUA.

²¹Definida pela Doutrina Básica da Marinha como sendo o conjunto de medidas adotadas para se opor à ameaça aeroespacial, reduzir ou anular sua eficácia (DBM, 2004, p. 4-16).

na redução do controle político sobre o arsenal nuclear (BAER, 1994, p. 342), porém atenuaria as aflições sobre a segurança européia, como expressou o General Omar Bradeley²²:

Deve ficar perfeitamente evidente para o povo dos EUA que nós não poderemos contar com aliados na Europa Ocidental se nossa estratégia, na eventualidade de uma guerra, recomendar que inicialmente abandonemos esses mesmos aliados com a promessa de uma liberação posterior. De fato essa é a única estratégia que parecerá ter prevalecido se a balança de poder militar na Europa depender dos armamentos carregados nas asas de nossos bombardeiros e de nossos depósitos desse lado do Oceano Atlântico. Essa estratégia não produzirá nada além de aliados impotentes e desiludidos, na eventualidade de uma guerra (1949 *apud* em TRACHTENBERG, 1991, p. 157, tradução nossa).

A decisão dos EUA foi de uma posição intermediária, que contemplou as duas posturas estratégicas (TRACHTENBERG, 1991, p. 155).

Com a escalada dos arsenais nucleares e as inovações tecnológicas – que permitiam aos vetores dessas armas maiores alcances, capacidade de destruição e ocultação – as questões referentes a preempção e a vulnerabilidade de forças passavam a ser de vital interesse, tanto para os EUA quanto para a URSS. A preempção ligava-se basicamente a capacidade de neutralizar o inimigo antes que ele tivesse a oportunidade de retaliar (SILVA, 2004, p. 9), enquanto a vulnerabilidade ligava-se a capacidade de sobreviver a um primeiro ataque e conservar uma capacidade retaliatória. Essas questões são sintetizadas no parágrafo abaixo:

Um primeiro ataque não se refere simplesmente aos disparos iniciais dirigido contra o inimigo numa guerra nuclear, mas sim ao ataque dirigido contra os meios de retaliação do inimigo. Um primeiro ataque bem-sucedido seria aquele que destruísse todas as forças nucleares do oponente no chão, ou as interceptasse a caminho, antes que pudessem atingir seus alvos. A possibilidade de segundo ataque estava na capacidade para absorver o primeiro e ainda infligir uma retaliação devastadora ao inimigo. A intenção era não esperar que o outro lado desfechasse o primeiro golpe. É claro que quanto mais vulneráveis fossem as forças de primeiro ataque, maiores seriam as pressões para empregá-las antes que o inimigo pudesse atacar, independentemente de uma possível preferência das autoridades responsáveis por exercitarem o comedimento (PARET, 2003, p. 382).

Assim sendo, a relação entre as concepções de primeiro e segundo ataque apresentava duas conseqüências diretas: a primeira foi uma crescente desconfiança entre as duas potências em disputa hegemônicas sobre qual seria a postura estratégica do oponente²³ e a segunda foi a dificuldade de controle, pelo nível político, da dinâmica entre as forças. O somatório dessas duas conseqüências promovia um elevado grau de instabilidade; era preciso tomar medidas que atenuassem a instabilidade presente nesse cenário estratégico.

²²U.S. Army Chief Of Staff, em pronunciamento realizado em abril de 1949 (TRACHTENBERG, 1991, p. 157, tradução nossa).

²³Que ficou conhecida como *receio recíproco do ataque surpresa* (PARET, 2003, p. 383).

Tão logo o Secretário de Defesa do Presidente Kennedy – Robert S. MacNamara – assumiu o cargo foram iniciados estudos para introduzir, na estratégia nuclear dos EUA, medidas que pretendiam proteger as populações civis e cidades²⁴. Estudos e simulações posteriores logo mostraram que essas medidas eram inócuas, pois os efeitos colaterais do emprego de artefatos nucleares são de difícil controle (HILSMAN, 1999, p. 53). Mas o importante sinal dessa política foi a busca pela redução do terror e da instabilidade; as relações entre as potências em disputa hegemônica e suas respectivas forças nucleares iniciavam um ciclo de redução da instabilidade.

Outra corrente de pensamento estratégico que caminhava na direção de aumentar a estabilidade do cenário nuclear foi a “Teoria da Escalada”²⁵. Em essência, o que essa teoria propunha para o cenário nuclear era “que o controle podia ser exercido pelos formuladores de política ao longo de todo o caminho até o final apocalíptico da guerra espasmódica” (PARET, 2003, p. 394); isso seria conseguido por meio do estabelecimento de vários degraus do uso da força a serem seguidos durante uma situação de crise ou conflito.

A resposta flexível²⁶ também tentava aliviar as tensões impostas pelos pensamentos estratégicos em vigor, como podemos observar a seguir:

O Presidente Kennedy modificou a estratégia de retaliação maciça apresentando em uma mão a *deterrence*, empregando meios nucleares e materializada na destruição assegurada, e na outra uma alternativa de enfrentamento chamada “resposta flexível”. Kennedy e MacNamara²⁷ ficaram chocados com a natureza indiscriminatória do Plano Operacional Único e Integrado²⁸ (SIOP) que eles encontraram em 1951 [...]. Eles rejeitaram a escolha inflexível de alvos onde 1.000 alvos seriam atingidos em uma retaliação cega. Para o SIOP era tudo ou nada. Não havia espaço para a proposta aprovada por MacNamara de “resposta controlada e pausa negociada”²⁹ na guerra nuclear, ou para um segundo ataque contra alvos militares e uma interrupção parcial das ações; essa estratégia foi chamada por MacNamara de resposta flexível (BAER, 1994, p. 375, tradução nossa).

Do exposto nos parágrafos acima, escalada e resposta flexível, é oportuno ressaltar que existe uma sutil diferença entre as duas formas de agir, embora ambas tentem convergir para a estabilização. A escalada pressupõe uma série de degraus que serão seguidos; cada passo é dado em resposta ao movimento anterior do adversário, o que significa dizer que a interrupção, por uma das partes, da escalada praticamente sinaliza a desistência do objetivo político que iniciou a crise. A resposta flexível amplia mais o arco de opções, permitindo um

²⁴ Medida que ficou conhecida como *City Avoidance and Damage Limitation* (HILSMAN, 1999, p. 53).

²⁵ Desenvolvida, entre outros, por Herman Kahn (PARET, 2003, p. 394).

²⁶ Em inglês *Flexible Response*.

²⁷ Robert S. MacNamara, Secretário de Defesa durante o período de 1961-1968.

²⁸ No original, *Single Integrated Operational Plan – SIOP*.

²⁹ No original, “controlled response and negotiated pauses”.

maior grau de manipulação política da força em torno do objetivo político. É relevante perceber que a proteção das populações civis e das cidades, a escalda e a resposta flexível eram os primeiros passos na caminhada que levou à transição entre duas fases distintas da Guerra Fria, a saber: a confrontação³⁰ e a coexistência³¹ (PECEQUILO, 2003, p. 184).

A tensa relação entre as potências em disputa hegemônica, que dominou as décadas de 1950 e início da década de 1960, decorreu, principalmente, das questões que envolviam a segurança da Europa Ocidental e o emprego de estratégias nucleares. Dentro do governo dos EUA existiam fortes conflitos de pensamentos estratégicos sobre o melhor emprego do arsenal nuclear e convencional; mas a chegada ao governo do Presidente Kennedy marcou o início da tentativa de estabelecer relações de poder com a URSS que tendiam para a coexistência e não para o confronto. Era uma transição política de elevado risco, mas que marcava uma evolução em relação ao equilíbrio de terror praticado até então. Basicamente a nova orientação política geral era adotar estratégias que caminhassem na direção da estabilização do cenário nuclear internacional, valendo-se, principalmente, do conceito de resposta flexível.

³⁰Período encerrado na presidência de J. F. Kennedy e que se caracterizou por fortes tensões envolvendo estratégias nucleares entre as potências hegemônicas. Considerada a primeira fase da Guerra Fria.

³¹Período iniciado na presidência de J. F. Kennedy e que se caracterizou por uma tentativa de distender as tensões envolvendo estratégias nucleares entre as potências hegemônicas. Considerada a segunda fase da Guerra Fria.

3 A MARINHA DOS ESTADOS UNIDOS DENTRO DA REALIDADE DA GUERRA FRIA ATÉ OUTUBRO DE 1962

Como já mencionado, a chegada do armamento nuclear – e sua consequência geopolítica direta, a guerra fria – alterou a estrutura de forças no mundo. Essa alteração teve impactos rápidos e significativos nas forças armadas das potências hegemônicas. Raymond Aron nos diz que “a guerra deve corresponder inteiramente às intenções políticas; a política deve adaptar-se aos meios de guerra disponíveis” (ARON, 1979, p. 61), o que equivale dizer que o tipo, a capacidade e o modo de emprego das forças armadas de determinado país tem profunda relevância para sua política; dimensionar e materializar³² corretamente seus instrumentos de força tem elevado peso no seu uso político.

Dois dos principais aspectos que afetaram significativamente a USN no período serão tratados nesse capítulo: a preparação da USN para os períodos de confrontação e coexistência e o controle político do emprego dos meios navais. Para o emprego da USN no período de confrontação, os artefatos nucleares seriam os principais; para o emprego da USN no período de coexistência, os meios convencionais seriam preponderantes, e foi esse o motivo pelo qual o Presidente Kennedy tanto valorizou as forças convencionais (PECEQUILO, 2003, p. 187).

3.1 A preparação da USN para os períodos de confrontação e coexistência

Com relação ao preparo e emprego³³ das forças armadas dos EUA, o nível político não navegava em águas conhecidas, como podemos ver nas palavras de Henry Kissinger³⁴:

Como o poder das armas nucleares era coisa sem precedentes, a história não dava orientações confiáveis a formulação de uma estratégia militar. Cada estadista andava às cegas, quando tentava avaliar o impacto da nova tecnologia sobre a política e a estratégia; as conclusões saíam de teorias acadêmicas, sem experiências empíricas e sem dados (KISSINGER, 2001, p. 663).

As dificuldades para entender a nova realidade fizeram com que a visão estratégica fosse profundamente modelada pela tecnologia do momento. Nos anos iniciais da tecnologia nuclear – anos coincidentes com a primeira fase da Guerra Fria, ou fase da confrontação – dois vetores prometiam reduzir substancialmente a necessidade de outros

³²Dimensionar e materializar serão entendidos, para o efeito desse trabalho, como todas as etapas necessárias a especificar, planejar, construir ou adquirir e dotar a respectiva força.

³³Preparo e emprego aqui entendidos como todas as etapas necessárias a dotar a USN dos meios necessários bem como a sua utilização em situações de crise e conflitos.

³⁴Henry Kissinger foi professor na Universidade de Harvard, conselheiro de Segurança Nacional do Presidente Nixon e Secretário de Estado dos Presidentes Nixon e Ford.

meios de força: os bombardeiros de longo alcance e os foguetes e mísseis. Segundo Peter Paret (2003), com a proliferação das armas atômica tomou força novamente o argumento de que os entusiastas do poder aéreo não estavam errados – teriam apenas se precipitado no tempo. Os vetores principais das armas nucleares ainda eram as aeronaves e o argumento da capacidade de destruição indicava que, agora, um avião poderia conseguir o mesmo impacto que duas centenas deles. A junção da fissão nuclear com a tecnologia de foguetes, desenvolvidas pelas V-2 alemãs durante a II GM, sinalizava uma arma incapaz de ser detida. As previsões de perdas e de danos estavam além do que as sociedades poderiam suportar; tomava força a crença de que a arma nuclear diminuía o valor de todas as outras formas de poder militar.

A idéia apresentada acima, somada aos conceitos de que “os custos das forças convencionais eram elevados” (BAER, 1994, p. 342) e que essas mesmas forças “só teriam uma atuação pequena em uma confrontação nuclear” (WALTZ, 2009, p. 125) colocaram em questão a importância da USN no período de confrontação³⁵. Porém esse panorama geral seria alterado por três eventos significativos: a disseminação dos artefatos nucleares táticos, a operacionalização dos mísseis balísticos lançados de submarino³⁶ e a estratégia da resposta flexível.

Podemos encontrar nas duas idéias apresentadas abaixo um resumo do que ocorreu. A primeira dos diz o seguinte:

Eisenhower logo folgou o controle civil imposto pelo Presidente Truman e imediatamente tornou as armas nucleares disponíveis aos militares [...] A postura de Eisenhower com relação às bombas atômicas táticas, de pequeno poder de destruição, foi uma grande inovação na evolução da estratégia nuclear dos EUA. A base da nova geração de armas foi a redução das bombas de fissão nuclear de 10,000 libras para 1,000 libras em 1954, tornando esses artefatos fáceis de carregar em aviões de ataque da USN, mísseis e cargas de profundidade (BAER, 1994, p. 342, tradução nossa).

E a segunda complementa da seguinte maneira:

O Oficial que preparou a USN para o *new look* e liderou a USN durante o período da resposta flexível foi o Almirante Arleigh A. Burke³⁷ [...]. Ele entendeu que as armas atômicas eram os meios pelos quais a USN iria receber uma substancial parcela do orçamento do militar do Presidente Eisenhower. Ele colocou a USN no centro das atenções estratégicas com a capacidade ofensiva e de *deterrence* oferecidas pelos

³⁵Em 1949-1950 a USN esteve envolvida em disputas abertas com a USAF sobre a melhor estratégia de defesa da Europa (ver capítulo 1); nesse período ocorreu o que ficou conhecido como a revolta dos Almirantes que foi, em resumo, uma contestação da USN aos argumentos que reduziam sua importância e, conseqüentemente, seu orçamento (TRACHTENBERG, 1991, p. 153 e 154).

³⁶Em inglês: Submarine Launched Ballistic Missile (SLBM).

³⁷Foi o Chief Of Naval Operation durante quase todo o mandato do Presidente D. Eisenhower (agosto de 1955 até agosto de 1961).

submarinos nucleares lançadores classe Polaris (BAER, 1994, p. 346, tradução nossa).

Em um período de profundas incertezas a USN estava preparada para ser empregada nas duas correntes estratégias complementares, quando da assunção da presidência pelo Presidente Kennedy: a retaliação maciça e a estreante resposta flexível³⁸.

3.2 O controle político do emprego de meios navais

A questão do controle político dos meios navais da USN será abordada considerando-se a reorganização das forças armadas dos EUA³⁹, a decisão política pelo aumento de controle das forças convencionais e os recursos tecnológicos que permitiram tal controle.

O Ato de Reorganização do Departamento de Defesa dos EUA previa, entre outras coisas, dois assuntos pertinentes ao desenvolvimento aqui apresentado. O primeiro dizia o seguinte:

[...] O Secretário de Defesa deverá tomar todas as medidas necessárias (incluindo a transferência, redesignação, abolição e consolidação de funções) no sentido de garantir ao Departamento de Defesa a maior eficiência, eficácia, e economia administrativa e operativa, garantindo a eliminação dos gastos em duplicidade⁴⁰ (tradução nossa).

O segundo assunto que é de interesse para a evolução do presente argumento é o seguinte:

[...] Com o apoio do Chefe do Estado-Maior Conjunto⁴¹ o Presidente, através do Secretário de Defesa, deverá estabelecer os Comandos Operacionais, específicos ou unificados⁴², para a execução de missões militares, e deverá determinar a composição e a estrutura operativa dos Comandos Operacionais, a serem compostos com unidades dos Departamentos do Exército, Marinha e Força Aérea⁴³ [...]. Esses Comandos Operacionais serão responsáveis, perante o Presidente e o Secretário de Defesa, pela execução das missões militares atribuídas e serão designados para as respectivas missões pelo Secretário de Defesa, com a aprovação do Presidente. As Forças designadas para esses Comandos Operacionais, unificados ou específicos, estarão sobre o completo comando operativo dos respectivos Comandantes Operacionais, sejam eles específicos ou unificados (tradução nossa).

³⁸Segundo Geoffrey Till, “A capacidade militar para conduzir operações convencionais voltava a cena” (TILL, 1984, p. 176, tradução nossa) com a adoção dessa estratégia pelos EUA.

³⁹Materializado por meio da “Public Law 85-599”, de 06 de agosto de 1958, citado como “Department of Defense Reorganization Act of 1958”, doravante referido como Ato de Reorganização do Departamento de Defesa dos EUA de 1958, e disponível em <<http://www.pnsr.or>> e acessado em 08/ago/2009 e tradução nossa.

⁴⁰“Public Law 85-599”, de 06 de agosto de 1958. Disponível em: <<http://www.pnsr.or>>. Acesso em: 08 ago. 2009.

⁴¹No original “Joint Chief of Staff”.

⁴²No original “unified or specified combatant commands”.

⁴³No original “Department of the Army, the Department of the Navy, the Department of the Air Force”.

Como vimos, a reorganização das forças armadas dos EUA obedeceu, para o interesse do presente trabalho⁴⁴, duas vertentes. A primeira administrativa, que pretendia reduzir os custos da máquina militar americana, pois o Presidente Eisenhower acreditava que sua obrigação era prover a defesa dos interesses dos EUA sem arruinar a economia do país (HILSMAN, 1999, p. 32); uma das principais componentes do *new look*.

A segunda vertente alterava a estrutura de comando das unidades envolvidas em situação de emprego de forças. Os Comandantes de Forças⁴⁵ perderam o controle sobre as forças convencionais envolvidas em situações operativas, conservando suas atribuições administrativas, de adestramento e manutenção.

Segundo Michael Palmer (2005), o controle exercido sobre as armas nucleares nos primeiros anos da guerra fria não durou. Na medida em que as armas nucleares se espalhavam, aumentava consideravelmente o receio de um ataque de decapitação, ou seja, que neutralizasse a capacidade de comando e controle dos EUA e conseqüentemente seu poder retaliatório; fez-se necessário delegar para alguns Comandos militares a autonomia para, em situações especiais, lançar os artefatos nucleares sob sua responsabilidade. Paradoxalmente, o fenômeno de redução de controle político sobre os artefatos nucleares foi acompanhado de um maior controle sobre os meios de força convencional.

Mas esse mesmo controle político que, diminuindo para as forças nucleares aumentava para as forças convencionais, não seria possível apenas devido à vontade dos governantes; era necessário que os meios para efetivar esse controle existissem.

Segundo Bruce W. Watson, “os variados resultados das pesquisas e desenvolvimentos nas estruturas de comunicações, comando e controle (C³) e eletrônica resultaram em sistemas avançados que, nos últimos anos da década de 1950 e durante a década de 1960, equiparam os meios navais dos EUA” (WATSON, 1991, p. 75, tradução nossa). Michael A. Palmer também nos aponta essa tendência quando diz que “durante a guerra fria o avanço na tecnologia das comunicações levou a um aumento da centralização de comando e controle” (PALMER, 2005, p. 300 e 301, tradução nossa).

A USN entrou na década de 1960 com maior grau de controle direto de seus meios convencionais pelo nível político e com os meios tecnológicos necessários para permitir que esse mesmo controle fosse uma realidade.

⁴⁴Outra vertente pretendia aumentar a capacidade de operar conjuntamente das forças armadas dos EUA, mas os impactos dessa decisão não são significativos para o propósito do presente estudo.

⁴⁵Titulares dos Departamentos da Marinha, Exército e Força Aérea.

4 A REALIDADE DA SOCIEDADE DOS EUA DURANTE O INÍCIO DA DÉCADA DE 1960

O mundo que emergia da II GM não era o mesmo. Várias transformações ocorriam com uma rapidez e universalidade extraordinárias (HOBSBAWN, 1994, p. 283). Podemos dimensionar a magnitude dessas alterações por meio das palavras abaixo, de Eric Hobsbawn:

Não há meios de leitores não velhos e viajados o suficiente para ter visto a história mudar dessa maneira a partir da década de 1950, tentarem reproduzir essas experiências, embora a partir da década de 1960, quando jovens ocidentais descobriram que viajar a países do Terceiro Mundo era factível e estava na moda, tudo que se tem precisado para ver a transformação global é um par de olhos abertos (HOBSBAWN, 1994, p. 284).

E a sociedade dos EUA estava profundamente envolvida nessa transformação. Segundo Leandro Karnal (2007), o Produto Interno Bruto (PIB) dos EUA saltara em 250% entre 1945 e 1960, o movimento feminista ganhava articulação, a luta social pelos direitos civis tomava vulto e, em 1962, 90% das famílias tinham televisores. Outros movimentos, como, por exemplo, a contracultura e a resistência das minorias (SILVA, 2004, p. 194 e 755) aumentavam o turbilhão social do período.

O aumento do PIB tendia a concentrar a população nas proximidades dos grandes centros urbanos onde o acesso aos meios de comunicação de massa, amplamente difundidos, era quase absoluto; esse acesso permitia e estimulava um acompanhamento quase imediato do desenrolar dos acontecimentos políticos. A maior participação social da mulher somada aos legítimos e ativos movimentos por direitos civis e das minorias despertou a sociedade para as vantagens da mobilização política na persecução de suas metas.

Outro fenômeno social pairava no ar: a preocupação com um enfrentamento nuclear entre as potências em disputa hegemônica, como nos apresenta Kenneth Waltz:

O final da década de 1950 viu a primeira reação popular de larga escala ao perigo do confronto nuclear [...] o homem passou a acreditar mais fortemente no valor e na importância de se respeitar o limite entre o emprego de armamentos convencionais e nucleares (WALTZ, 2009, p. 103, tradução nossa).

A soma dos problemas sociais do período com a maior mobilização política e o receio de uma guerra nuclear, criou uma atmosfera de ampla participação na vida política dos EUA, o que gerou uma maior demanda de atenção, por parte dos governantes, para opinião pública interna.

5 A CONDUÇÃO POLÍTICA DA CRISE

A condução de uma situação de crise que envolva forças militares pode ser realizada, de modo geral, de duas maneiras: uma condução preponderantemente militar ou preponderantemente política. Permitir a condução de uma situação de crise de modo preponderantemente militar oferece um ganho de agilidade e precisão em cada ação executada, porém incorre-se no risco de que determinada decisão, tomada em situações de elevada velocidade de evolução e incertezas, não corresponda ao interesse político. Conduzir uma situação de crise de modo preponderantemente político pode gerar execuções vacilantes e intervenções que não respeitam as características operacionais e de adestramento dos meios de força envolvidos, aumentando em muito os riscos de resultados militarmente desfavoráveis. Achar o ponto de equilíbrio que maximize os benefícios das necessidades políticas, das características operacionais dos meios de força e do cenário da crise é uma tarefa de elevada complexidade.

Consideremos o seguinte pensamento Raymond Aron:

A política não comanda apenas a concepção do conjunto da guerra. Em certos casos, determina também uma batalha, os riscos que os chefes militares devem aceitar e os limites estratégicos impostos as iniciativas táticas (ARON, 1979, p. 70).

Podemos perceber assim a perspectiva real de condução política de uma crise quando os riscos são elevados. No caso da crise dos mísseis de Cuba, podemos adicionar, ainda, a idéia apresentada por Kenneth Waltz de que:

Com as armas convencionais, armas que são relativas e não absolutas, uma variedade de estratégias está disponível, estratégias que combinam e usam a força de diferentes modos. A estratégia tem maior importância do que as armas em si na determinação dos resultados de uma guerra. As armas nucleares são diferentes; elas dominam a estratégia (WALTZ, 2009, p. 125, tradução nossa).

A combinação do entendimento de que, em situações de riscos elevados, a interferência do nível político se impõe com a idéia de que quando armas nucleares estão envolvidas o valor da estratégia diminui, ou seja, o artefato nuclear se impõe sobre a estratégia, indicaram o caminho para a condução política da crise.

Mas para tornar realidade a vontade de conduzir politicamente uma crise de elevada complexidade e riscos era necessário uma gerência ativa e intrusiva. Essa necessidade se transformou em realidade, em grande parte, devido à atuação de Robert S. MacNamara, que fez realmente valer as prerrogativas conferidas a sua função⁴⁶ pelo Ato de Reorganização

⁴⁶Ver nota nº 27.

do Departamento de Defesa dos EUA de 1958. Sua maneira de pensar⁴⁷ sobre essa forma de gerenciamento pode ser vista no parágrafo abaixo:

[...] pode agir como um juiz ou como um líder. No primeiro caso, ele senta-se e espera que seus subordinados lhe apresentem os problemas para serem solucionados e as alternativas de solução. No segundo caso, ele mergulha na operacionalização do problema ou da atividade governamental, examina o problema, os objetivos, as alternativas de ação e escolhe uma entre elas e lidera a organização até a solução do problema. No primeiro caso, ele desempenha um papel passivo; no segundo caso, um papel ativo . . . [sic] eu sempre preferi seguir a liderança ativa, em oposição a liderança passiva (1961 *apud* BAER, 1994, p. 370, tradução nossa).

Outro aspecto de interesse é a personalidade dos líderes do escalão político mais elevado (GEORGE, 1991, p. 222). A personalidade e os compromissos políticos do Presidente Kennedy com uma nova ordem mundial (KISSINGER, 2001, p. 669) inclinaram seu governo manter a situação sobre o controle político, a fim de manter fidelidade com sua idéia de coexistência⁴⁸

A crise dos mísseis de Cuba, por uma decisão do mais alto escalão do Governo dos EUA, foi conduzida politicamente, de modo a minimizar os riscos indesejados e manter fidelidade ao princípio de coexistência entre as potências em disputa hegemônica.

Nesse ponto da análise, tendo sido consideradas as influências da ameaça nuclear e suas estratégias derivadas, a situação da U.S. Navy e a realidade social interna dos EUA, podemos perceber a preponderância da ameaça nuclear no cenário da crise.

⁴⁷Que veio a ser conhecida como *active management* (BAER, 1994, p. 370).

⁴⁸Ver nota nº 30 e 31.

6 CONCLUSÃO

A tensa relação entre as potências em disputa hegemônica, que dominou as décadas de 1950 e início da década de 1960, decorreu das questões que envolviam a segurança da Europa Ocidental e o emprego de estratégias nucleares. Dentro do governo dos EUA existiam fortes conflitos de pensamentos estratégicos sobre o melhor emprego do arsenal nuclear e convencional; mas a chegada ao governo do Presidente Kennedy marcou o início da tentativa de estabelecer relações de poder com a URSS que tendiam para a coexistência e não para o confronto. Era uma transição política de elevado risco, mas que marcava uma evolução em relação ao equilíbrio de terror praticado até então. Basicamente a nova orientação política geral era adotar estratégias que caminhassem na direção da estabilização do cenário nuclear internacional, valendo-se, principalmente, do conceito de resposta flexível.

Nesse mesmo período, de profundas incertezas, a USN estava preparada para ser empregada nas duas correntes estratégias complementares, quando da assunção da presidência pelo Presidente Kennedy: a retaliação maciça e a estreante resposta flexível. A USN entrou na década de 1960 com maior grau de controle direto de seus meios convencionais pelo nível político e com os meios tecnológicos necessários para permitir que esse mesmo controle fosse uma realidade.

A soma dos problemas sociais do período com a maior mobilização política e o receio de uma guerra nuclear, criou uma atmosfera de ampla participação na vida política dos EUA, o que gerou uma maior demanda de atenção por parte dos governantes a opinião pública.

A crise dos mísseis de Cuba, por uma decisão do mais alto escalão do Governo dos EUA, foi conduzida politicamente de modo a minimizar os riscos indesejados de uma confrontação nuclear e manter fidelidade ao princípio de coexistência entre as potências em disputa hegemônicas.

A intenção do nível político dos EUA, quando do início do governo do Presidente Kennedy, de alterar as relações de poder com a URSS, da confrontação para a coexistência, em um ambiente de profundas incertezas estratégicas, e atender as crescentes demandas geradas pela maior participação social na política foram as condicionantes políticas e estratégicas de mais alto nível na condução da crise; estava tomada a decisão de conduzir a crise, e o emprego dos meios de força, politicamente. A reestruturação do sistema de defesa

dos EUA somada a preparação e capacitação da USN permitiram um controle elevado dos meios de força pelo nível político durante a crise.

Tendo sido consideradas as influências da ameaça nuclear e suas estratégias derivadas, a situação da U.S. Navy e a realidade social interna dos EUA, podemos perceber a preponderância da ameaça nuclear no cenário da crise.

Da análise realizada, fica evidente que o relacionamento entre os níveis político e militar, em uma situação de crise, pode ser altamente benéfico para as sociedades as quais os dois níveis pertençam; para isso, é necessário que haja uma preparação antecipada dos meios de força – para atender as necessidades políticas – e uma clara e profunda compreensão das condicionantes políticas que dominam o cenário de crise pelo nível militar.

O propósito estabelecido foi atingido, pois a análise realizada – dos principais fatores que influenciaram o gerenciamento da crise dos mísseis de Cuba – e suas conclusões permitirão um melhor entendimento sobre as relações entre os níveis político e militar em situações de crise ou conflito.

REFERÊNCIAS

- ARON, Raymond, **Paz e Guerra entre as Nações**, Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1979.
- BAER, George W. **One Hundred Years of Sea Power**, Stanford University Press, California, 1994.
- BRASIL, ESTADO MAIOR DA ARMADA, **Doutrina Básica da Marinha – EMA-305**, Brasília, 2004.
- FRANÇA, Junia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. **Manual para a normalização de publicações técnico-científicas**, 7. Ed. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- GEORGE, Alexander L., **Avoiding War, Problems of Crisis Management**, Westview Press, Boulder, 1991.
- HAFFA Robert P. Jr., **Rational Methods, Prudent Choices: PLANNING U.S. FORCES**, National Defense University Press, Washington DC, 1988.
- HILSMAN, Roger, **From Nuclear Military Strategy to a World Without War – A History and Proposal**, Praeger Publishers, Westport, 1999.
- HOBSBAWN, Eric, **A Era dos Extremos – O breve século XX, 1914-1991**, Editora SCHWARCZ, São Paulo, 1994.
- KARNAL, Leandro, **HISTÓRIA DOS ESTADOS UNIDOS – das origens ao século XXI**, Editora Contexto, São Paulo, 2007.
- KENNEDY, Robert F. **Thirteen days – a memoir of Cuban missile crisis**, W.W. Norton & Company, New York, 1969.
- KISSINGER, Henry, **Diplomacia**, Editora Francisco Alves, Rio de Janeiro, 2001.
- PALMER, Michael A., **Command at Sea – Naval Command and control since the sixteen Century**, Harvard University Press, Cambridge, 2005.
- PARET, Peter, **Os Construtores da Estratégia Moderna Tomo II**, Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 2003.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu, **A Política Externa Dos Estados Unidos**, Editora Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira, **Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX – As grandes transformações do mundo contemporâneo**, Editora Campus, Rio de Janeiro, 2004.

TILL, **Geoffrey**, **Maritime Strategy and the Nuclear Age**, second edition, St. Martin' Press, New York, 1984.

TRACHTENBERG, Marc, **History and Strategy**, Princeton University Press, New Jersey, 1991.

WALTZ, Kenneth N., **The Use Of The Force – Military Powers and International Politics**, Rowman & Littlefield Publisher, 2009.

WATSON, Bruce W., **The Changing Face of the World's Navies – 1945 to the Present**, Arms and Armour Press, London, 1991.